



DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Economia para Trabalhadores

Ano III, Edição XXIII

Fevereiro de 2015

Nesta edição:

Quadro sobre a 2
atividade industri-
al no Brasil

Resumo de Indi- 3
cadores Econô-
micos

Indicadores da 4
Indústria Catari-
nense

Opinião - Entre 5
meios e fins, estado
e mercados, pre-
sente e futuro

Apresentação

Caros(as) companheiros (as), esta é a primeira edição de 2015, a 23ª do Economia para Trabalhadores, o boletim mensal elaborado pela Subseção do Dieese na Fetiesc.

Esta edição sai com um pouco de atraso, no início de março. Durante a leitura desta edição, procuramos apresentar, brevemente, o quadro atual da conjuntura econômica e as mudanças de orientação na política econômica, com seus impactos.

Além da questão de conjuntura, procuramos problematizar alguns acontecimentos do nosso cotidiano econômico e político, com implicações no desenvolvimento da sociedade brasileira.

No início do terceiro ano da publicação deste boletim, este passa por algumas mu-

danças. Até o ano passado, na primeira seção era apresentado um retrato de conjuntura econômica do Brasil, com indicadores do setor de comércio e serviços, agropecuária, além dos da indústria. Nesta seção era ainda apresentado os resultados das transações com o exterior, as finanças públicas, estimativas dos investimentos e indicadores do mercado de trabalho.

Agora, ao invés deste conjunto de dados, a primeira seção tentará descrever o quadro em que desenvolve-se a atividade industrial no país, com os principais acontecimentos e as mudanças no ambiente macroeconômico.

Na página seguinte, mantemos o resumo de indicadores econômicos com dados que julgamos importantes para o trabalho cotidiano nos sindicatos. Acres-

centamos neste resumo uma nova informação, o Índice de Atividade Econômica Regional, calculado pelo Banco Central (IBCR-SC).

Os indicadores da indústria catarinense, na terceira seção, permanecem Mas também de forma diferente. Ao invés dos recortes temporais, será apresentado um texto corrido com uma breve apresentação dos indicadores e perspectivas para cada setor, sempre que possível com informações inclusive de empresas.

Procuraremos manter um texto de opinião na parte final do boletim, a cada edição. Críticas e sugestões são bem-vindas, não apenas desta seção, mas do Economia para Trabalhadores, em geral.

Boa leitura!

“O fenômeno da dependência se manifesta inicialmente na forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior.”

(**Celso Furtado**, trecho do texto “Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”)

Quadro sobre a atividade industrial no Brasil

O IBGE divulgará no dia 27 de março o resultado das contas nacionais no último trimestre de 2014. Estima-se que houve estagnação do nível de atividade econômica no Brasil no ano, com relação ao ano anterior, 2013.

O comportamento das atividades de produção e investimento na indústria certamente tem importante peso no resultado do PIB. Em 2014, a produção da indústria geral teve queda de 3,2%, segundo dados também do IBGE. Com este resultado, pode-se dizer que a produção industrial no Brasil apresentou estagnação no período pós-crise de 2008. Houve retração em 2009 (-7,1%), crescimento em 2010 (10,2%) e em 2011 (0,4%), nova queda em 2012 (-2,3%), recuperação em 2013 (2,1%) e, finalmente, a queda de 3,2% em 2014.

Durante este período de crise da economia internacional, com queda da demanda em mercados consumidores importantes para os produtos manufaturados do Brasil, como Estados Unidos, Europa e Argentina, o governo brasileiro adotou um conjunto de políticas que visavam estimular os investimentos e a produção industrial. Destacamos algumas medidas como:

i) desonerações tributárias (a desoneração de folha de pagtos, alíquotas de IPI - sem considerar sobre automóveis -, ampliação do SIMPLES, MEI, depreciação de Bens de Capital, Inovar-Auto, Reintegra, Prorrogação do prazo de projetos Sudene/Sudam até 2018, retirada do ICMS da base do PIS/Cofins-Importação);

ii) aportes do Tesouro para o BNDES e o Programa de Sustentação de Investimentos (PSI);

iii) a intervenção no setor elétrico (MP 579) a fim de reduzir o custo da energia elétrica ao consumidor final;

iv) intervenção no mercado financeiro através da redução da Selic e da expansão do crédito por meio dos bancos públicos, o que promoveu a redução dos spreads bancários no período (diferença entre o que o banco paga ao cliente depositante e

cobra do cliente tomador de crédito), entre outras.

A análise dos resultados destas medidas na economia brasileira é difícil de ser realizada, porque envolvem diversas variáveis. Mas é fato que no fechamento do ano de 2014, além da queda da produção e dos investimentos industriais, o emprego na indústria de transformação brasileira teve queda de 1,95%. Em janeiro de 2015, o Caged (MTE) registrou um crescimento de 0,3% do emprego na indústria de transformação, mas quando considerado os últimos doze meses há ainda uma retração de 2,2%.

Então, os indicadores no ano final deste período são negativos, o que levou muitos especialistas a falarem sobre o esgotamento dessas políticas, pressionando o governo por mudanças. Cabe mencionar que o país passou por estes cinco anos de crise internacional com crescimento econômico, um dos maiores entre as principais economias, e geração de empregos.

O esforço do governo com as medidas acima listadas, não permitiram que o setor público alcançasse no ano passado, sem abatimentos aprovados no Congresso, a meta de superávit primário (economia realizada para pagamento dos juros da dívida pública). Assim, o endividamento do governo geral cresceu em 2014, em função do aumento das despesas e queda das receitas dadas as renúncias fiscais e a desaceleração da atividade econômica.

No setor externo, o ambiente continuou de crise e, apesar da recuperação da economia dos Estados Unidos, a queda do comércio com a Argentina e com a Europa, somado a queda dos preços dos produtos vendidos para a China, fizeram com que a balança comercial brasileira fechasse com um déficit de US\$ 3,9 bi, o que não acontecia desde 1999.

Neste quadro de aumento do endividamento do governo geral e de desequilíbrio externo, o anúncio da mudança de equipe econômica do governo durante o período eleitoral explicitou o compromisso do governo em promover nova orientação para a condução da política econômica. O foco

central do crescimento econômico com manutenção do emprego num período de crise internacional, que seria alcançado com as medidas acima listadas, deu lugar a uma política de ajustes fiscais e monetários cujo foco central é o equilíbrio das contas públicas.

Assim, uma série de medidas de revisão das anteriormente apresentadas foram anunciadas pelo governo no início deste ano: retomada da cobrança de ICMS sobre a base de Pis/Cofins-Importação; elevação de alíquotas da desoneração da folha de pagamentos; corte dos aportes do Tesouro ao BNDES; redução do repasse à CDE-setor elétrico; elevação da taxa de juros-Selic; redução do benefício do Reintegra, entre outras. Todas estas medidas tendem a, indiretamente, atingir os trabalhadores, que já sentiram a política de ajuste através do anúncio das MPs 664 e 665 que muda a forma e os valores de um conjunto de direitos, seguros e benefícios, como o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial.

Cabe evidenciar neste retrato da atividade industrial, o conjunto de greves que já mobilizou a categoria dos metalúrgicos na região do ABC paulista neste ano, depois do anúncio de demissão em massa das montadoras. O movimento sindical demonstrou capacidade de organização e luta, alcançando importantes conquistas na negociação. Cabe mencionar também o protesto de caminhoneiros organizados e não organizados em praticamente todas as regiões do país, com forte impacto também na atividade econômica industrial, o que forçou o governo a atender um conjunto de reivindicações da categoria e continuar a negociação.

Em suma, o ano inicia com mudança de rumo na política econômica que tem um custo de transição, com queda dos investimentos, da produção e do emprego na indústria. O sacrifício do aperto fiscal e monetário, repassado ao trabalhador, tende a resultar em movimentos de resistência durante todo o ano, dado o quadro atual.

Resumo de Indicadores Econômicos

Custo de Vida

Inflação		Janeiro (%)	Var. 12 meses (%)	
ICV/Dieese		2,25	7,05	
INPC/IBGE		1,48	7,13	
IPCA/IBGE		1,24	7,14	
IGP-DI/FGV		0,67	4,06	
IGP-M/FGV		0,76	3,98	
IPC/FIPE		1,62	5,91	
Cesta Básica	Florianópolis	Janeiro	Variação acumulada em 12 meses (em %)	11,76
			Valor mensal (em R\$)	360,42

Salário Mínimo Necessário e Piso Regional

Salário Mínimo Nacional	Janeiro	Valor nominal (em R\$)	788,00
Salário Mínimo Necessário	Janeiro	Valor nominal (em R\$)	3.118,62
Piso Regional SC	Faixa I	Valor nominal (em R\$)	908,00
	Faixa II	Valor nominal (em R\$)	943,00
	Faixa III	Valor nominal (em R\$)	994,00
	Faixa IV	Valor nominal (em R\$)	1.042,00

Indicadores da Indústria de Transformação Catarinense

	Produção	Pessoal ocupado	Horas pagas	Produtividade	Folha de pagamento real	Faturamento real*
% no mês (Dez/Nov) - com ajuste sazonal	-	-	-	-	-	-
% mês ano anterior (Dez 2014/Dez 2013)	-2,3	-1,6	-2,2	-0,1	-1,6	-0,7
% acum. ano (igual período ano anterior)	-2,2	-1,4	-1,4	-0,8	0,8	-1,2
% últimos 12 meses (Dez/2014)	-2,2	-1,4	-1,4	-0,8	0,8	-

(*) Nota: Os dados sobre faturamento real são divulgados pela FIESC. Os demais são do IBGE.

Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação Catarinense

	Total de Admissões (Qtde)	Total Desligamentos (Qtde)	Saldo (Qtde)	Variação Emprego (%)
Em janeiro ¹	34.210	28.166	6.044	0,9
No ano ²	34.210	28.166	6.044	0,9
Nos últimos 12 meses ³	377.897	374.941	2.956	0,4

(¹) Variação considera o estoque do mês anterior; (²) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (³) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.

Índice de Atividade Econômica Regional - SC (IBCR-SC)

% no mês (Dez/Nov) - com ajuste sazonal	0,1
% mês ano anterior (Dez 2014/Dez 2013)	3,3
% acum. ano (2014/2013)	2,8

Balança Comercial Catarinense

Exportações	Janeiro	Valor (em mil US\$)	518.629
		Mês/mês ano anterior (em %)	-6,7
Importações	Janeiro	Valor (em mil US\$)	1.402.342
		Mês/mês ano anterior (em %)	-2,3
Saldo	Janeiro	Valor (em mil US\$)	-883.713
		Mês/mês ano anterior (em %)	0,5

Câmbio

Dólar dos EUA - venda	Fevereiro	Valor médio mensal (R\$/US\$)	2,82
		(mês/mês anterior - %)	7,2
EURO	Fevereiro	Valor médio mensal (R\$/EUR)	3,19
		(mês/mês anterior - %)	4,3

Indicadores da Indústria Catarinense

A indústria de transformação catarinense fechou o ano de 2014 com indicadores negativos, segundo as pesquisas do IBGE. A produção teve queda de 2,2%; o número de pessoal ocupado e de horas pagas na produção caiu 1,4%. Da relação entre as variáveis de produção e números de horas pagas, calcula-se uma queda na produtividade de 0,8%. No entanto, a folha de pagamento real cresceu neste mesmo patamar (0,8%) em 2014.

O faturamento real teve queda de 1,2%, segundo pesquisa da Fiesc. Dentre as indústrias cujos trabalhadores compõem a base da Fetiesc, houve queda generalizada do faturamento real no ano passado, com exceção da indústria têxtil (0,4%). O duplo movimento que está articulado, de queda da produção e expansão das importações, contribuiu para este resultado ruim no faturamento real (prática adotada por grandes empresas que pressionam os preços para baixo). Percebe-se que muitas empresas de micro e pequeno porte estão fechando as portas neste início de ano, principalmente, no setor de vestuário.

Os indicadores de janeiro serão publicados na primeira semana do mês de março. Mas, apesar do ambiente macroeconômico adverso e do pessimismo dos empresários, o câmbio é um elemento que pode contribuir para um melhor desempenho da indústria regional neste ano. Estima-se que o câmbio fique

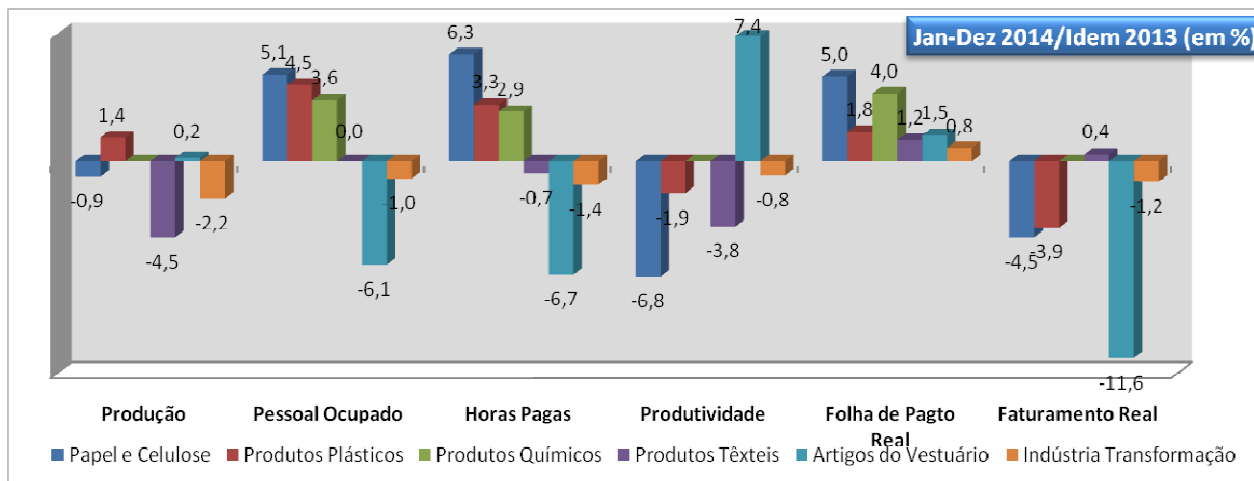
num patamar de R\$/US\$ 2,90 em 2015. Além da vantagem do câmbio, está prevista a retomada da cobrança do ICMS sobre a base do Pis/Cofins-importação.

Para o setor têxtil e do vestuário, que tem importante peso na indústria regional, seja na geração de valor, seja no número de empregos, estes dois elementos tendem a oferecer maior proteção do mercado doméstico, elevando o preço ao produtor que esteve bastante baixo no ano passado, mas já apresentou recuperação no final do ano. Para os últimos 12 meses findos em dezembro de 2014, o IPP/IBGE já registrou alta de 7,3% no preço de artigos do vestuário e acessórios. No entanto, cabe destacar que o impacto na balança comercial tende a ocorrer com defasagem de tempo.

Evidentemente, empresas que adotaram estratégias de ampliar as vendas domésticas com produtos importados tendem a perder margem, caso não estejam protegidas. Mas empresas importantes do setor estão anunciando perspectivas positivas de crescimento para o ano. A Lepper, de Joinville, espera crescer 10,0% neste ano. A Cativa projeta um crescimento de 15,0%. Em 2014, houve uma forte queda do número de pessoal ocupado e das horas pagas na indústria do vestuário (-6,1% e -6,7%, respectivamente). É possível que haja alguma recuperação destas variáveis neste ano, ou no próximo mantido o câmbio neste patamar.

Outra indústria que tende a beneficiar-se com o câmbio é a indústria de celulose, papel e produtos de papel. No entanto, se há uma perspectiva de ganhos com a exportação, há um impacto negativo da desaceleração da atividade econômica doméstica, com provável queda da demanda no segmento de embalagens. No ano passado, o setor de papel catarinense registrou crescimento de 17,1% nas exportações, atingindo o valor de US\$ 235,9 milhões. As importações cresceram 8,9%, alcançando a cifra de US\$ 104,4 milhões. Esta dinâmica evidencia que, ao menos as grandes empresas, não estão tendo problemas com vendas. A Klabin e a Irani registraram crescimento de 6,1% e 22,5%, respectivamente, na receita com vendas de mercadorias, produtos e serviços. O setor registrou queda de 0,9% na produção, mas teve crescimento de 5,1% no número de pessoal ocupado e de 6,3% no número de horas pagas

As indústrias de produtos plásticos e químicos apresentaram indicadores positivos em 2014. Não temos os dados de produção e faturamento da indústria química. Mas houve crescimento de 3,6% no número de pessoal ocupado e de 2,9% no número de horas pagas. O aumento na folha de pagamento real foi de 4,0%. Na indústria de produtos plásticos e de borracha, a produção cresceu 1,4%; o número de pessoal ocupado cresceu 4,5% e o de horas pagas teve aumento de 3,3%. A folha de pagamento real nesta indústria teve crescimento médio de 1,8%.



Fonte: IBGE; FIESC. (Elaboração: Dieese - Subseção Fetiesc)

Opinião¹ - O passaporte para nosso futuro

No texto da primeira seção deste boletim, apresentamos a queda de 3,2% da produção industrial brasileira em 2014. Quando detalhamos este número para a indústria de transformação e extrativa, percebemos que aquela teve queda de 4,3% na produção, enquanto esta registrou crescimento de 5,7%.

Mesmo com a contínua queda do preço de algumas commodities, como o minério de ferro, gás e petróleo, a atividade de extração seguiu apresentando crescimento no ano passado. Em cinco estados (Goiás, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Espírito Santo), estas atividades e também às de produção industrial relacionadas à agropecuária, fizeram com que a produção da indústria geral fosse positiva, dado o peso que estes setores têm na estrutura produtiva destes estados.

Este contraste na dinâmica produtiva entre indústria de transformação e extrativa no Brasil expõe um desafio que a economia e a sociedade brasileira precisa enfrentar a fim de avançar no caminho de um modelo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, mas também ecológico e social. Uma questão central neste sentido é o uso racional, sob a ótica do desenvolvimento, dos recursos naturais que o país dispõe e das vantagens comparativas subsequentes desta disponibilidade.

Dito de outra forma, os custos de exploração destes recursos fazem sentido numa estratégia que tem no horizonte a diminuição ou total eliminação da dependência da exploração destes recursos naturais como forma de manutenção de

algum grau de investimentos e equilíbrio das contas externas da nossa economia. Ou seja, sua exploração precisa ser encarada não como um fim econômico, mas um meio capaz de tornar a indústria local competitiva e a sociedade desenvolvida, com melhor nível de educação, saúde, enfim, bem-estar social. Para alcançar desenvolvimento sustentável, o Brasil precisa diminuir a dependência destas atividades econômicas, porque demandam um sistema produtivo fundamentado em propriedades de grande extensão territorial, com graves impactos ecológicos e sociais.

Por isso é importante que estes recursos naturalmente localizados em território brasileiro permaneçam sob propriedade e controle da sociedade brasileira. Esta questão é particularmente importante no atual momento da econômica e política brasileira. O início da exploração dos campos de petróleo do Pré-Sal, exclusivamente pela Petrobrás, conforme previsto pelo regime de partilha adotado no leilão de Libra, por exemplo, sinaliza todo o potencial que o uso deste recurso estratégico tem para o desenvolvimento do país. Trata-se, de fato, do "passaporte para nosso futuro".

Pela importância que o Brasil tem na geopolítica da América Latina, este poder se amplifica e não à toa, atrai ameaças à soberania nacional, vide ocorrências de espionagem da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA) em 2012, que causou certo stress diplomático entre Brasil e EUA, com a presidenta Dilma cancelando a visita que faria a este país.

Existem outros tipos de ameaças e acontecimentos pelos quais a Petrobrás e o Brasil precisam enfrentar. As investigações da Operação Lava-Jato cujo objeto é a corrupção nos contratos estabelecidos entre a estatal com as principais empreiteiras de construção pesada do país, testam a capacidade das instituições no Brasil de julgarem esse tipo de caso.

Está claro que, pela forma como as notícias da investigação são publicadas, a opinião pública se voltou contra a Petrobrás. Não são poucos os especialistas que defendem, nos meios de comunicação de massa, a privatização da estatal. Há, portanto, interesses poderosos por trás destes acontecimentos.

Além de afetar as expectativas, a investigação já impacta os processos operacionais da Petrobrás e das empreiteiras envolvidas. Ou seja, já houve o rebaixamento das notas de avaliação de risco destas companhias, o que tende já repercutiu nos investimentos com consequências na produção das mesmas no futuro. Assim, o resultado de estagnação do nível de atividade econômica no Brasil em 2014, tende a transformar-se em recessão neste ano, dada a queda dos investimentos (FBCF). As empreiteiras envolvidas são as mesmas que participam de grandes obras de infraestrutura no país, como usinas hidrelétricas, rodovias, aeroportos, entre outros.

Estamos vivendo uma conjuntura bastante complexa neste início de século no Brasil. A industrialização no país não tem bem cem anos de história. As conquistas resultante das lutas dos trabalhadores não foram poucas neste período, ainda que insuficientes para transformar totalmente a realidade resultante de um acúmulo histórico de opressão e violência social do país. A democracia que temos tem aproximadamente trinta anos ininterruptos de história, apenas. A vida dos trabalhadores, mesmo com as melhorias que teve, sobretudo, devido a política de valorização do salário mínimo nestes quinze anos de século XXI, é ainda duríssima. Existem muitos direitos a serem defendidos e ampliados no presente, para o bem-estar das gerações futuras.

(¹) Mairon E. Brandes, economista.

“Por isso é importante que estes recursos naturalmente localizados em território brasileiro permaneçam sob propriedade e controle da sociedade brasileira.”



Economia para Trabalhadores - Ano III, edição XXIII, fevereiro de 2015. Periodicidade mensal. Subseção do Dieese na Fetiesc.

EXPEDIENTE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA - Presidente: Idemar Antonio Martini; **Vice-Presidente:** Rosane Sasse; **Secretário Geral:** Landivo Fischer.

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE - Direção Técnico: Clemente Ganz Lúcio; **Coordenação Executiva:** Patrícia Pelatieri; **Coordenação Administrativa e Financeira:** Rosana de Freitas; **Coordenação de Educação:** Nelson de Chueri Karan; **Coordenação de Relações Sindicais:** José Silvestre Prado de Oliveira; **Coordenação de Atendimento Técnico Sindical:** Airton Santos; **Coordenação de Estudos e Desenvolvimento:** Angela Schwengber; **Supervisor Regional do Dieese/SC:** José Álvaro Cardoso; **Técnico Responsável pelo Boletim:** Mairon Edegar Brandes.

Subseção do Dieese na
Fetiesc
Rua 321, n 79 – B. Meia
Praia
Itapema – SC
CEP: 88.220-000

Tel: (47) 3268-5600
Email:
dieese@fetiesc.org.br